

As igrejas e os desafios da Aids

Yara Nogueira Monteiro

Os avanços terapêuticos conquistados na luta contra a Aids têm resultado em descuidos na prevenção, por diminuírem o medo entre os grupos de risco. Há, porém, que destacar os extraordinários avanços científicos, econômicos e sociais nos planos interno e externo; neste e naquele estão presentes a liderança da pressão brasileira e a influência das igrejas, da *Oikumene*.

Há treze anos a Organização Mundial de Saúde criou o Dia Mundial de Luta contra a Aids (1 de dezembro) e o fato de a epidemia continuar crescente no Brasil nos instiga a refletir sobre a trajetória dessa doença e qual o papel que o governo e a sociedade estão desempenhando diante desse desafio. Num quadro tão complexo podemos destacar três importantes vertentes de análise: o estágio atual da doença em nosso país; o comportamento da sociedade ante o problema; e o papel do Brasil na batalha contra as multinacionais farmacêuticas.

Quando analisamos a situação da Aids no Brasil, podemos constatar importantes vitórias já alcançadas, tais como: diminuição dos óbitos, melhoria da vida dos pacientes, garantia de atendimento médico e medicação gratuita para todos os pacientes. Entretanto, e apesar de todos os esforços, a epidemia continua crescente. Esse fato é atribuído, em grande parte, a fatores como carência de mais projetos educativos que realmente cheguem à população e a necessidade de a mesma população modificar comportamentos que possam resultar em risco de contágio. Por outro lado, notícias de esperança publicadas pela mídia – tais como o avanço das pesquisas direcionadas para uma vacina contra Aids, os êxitos conseguidos pelas novas terapêuticas, a melhoria nas condições físicas dos pacientes, a probabilidade de que, no futuro, a Aids se transforme em doença crônica – estão sendo entendidas como fato concreto. Assim, muitos têm deixado de lado medidas de proteção como sexo seguro, verificando-se, em decorrência, aumento visível do número de casos entre grupos da população nos quais a doença apresentava declínio, por exemplo grupos de homossexuais e bissexuais.

Até março deste ano, o Brasil já apresentava mais de 210 mil casos de Aids notificados (210.447 segundo o Ministério da Saúde). Estes números, analisados, indicam tendências cada vez mais evidentes. A primeira é o

alastramento da doença por todo o território nacional, de modo especial em cidades com menos de 50 mil habitantes. Ou seja, há muito que a doença deixou de ser um fenômeno típico das grandes cidades ao longo do litoral para estar presente cada vez mais no interior do território, grassando até em locais com pouca infra-estrutura médica e com a população pouco preparada para enfrentar o problema social decorrente. A segunda tendência é a continuidade do crescimento do número de mulheres infectadas, dos casos notificados no primeiro trimestre deste ano, 26% são femininos. Isto significa, dentre outras coisas, o aumento do número de casos de transmissão perinatal (de mãe para filho). Outra tendência é o crescimento da doença em grupos cada vez mais jovens da população; e, por último, temos o aumento do número de casos entre a população mais pobre. Em suma, ao analisarmos os dados do crescimento da Aids no Brasil podemos verificar um fato preocupante: a epidemia está aumentando rapidamente entre mulheres, e se direcionando para a população jovem, de baixo nível educacional, pertencente às camadas sociais menos favorecidas e de pequenas cidades do País.

Ao se analisar a luta contra a Aids neste ano, cabe destacar o importante papel que o Brasil vem desempenhando no meio dos organismos internacionais no sentido de defesa dos direitos

Até março deste ano, o Brasil já apresentava mais de 210 mil casos de Aids notificados... há muito que a doença deixou de ser um fenômeno típico das grandes cidades ao longo do litoral, para estar cada vez mais presente no interior

dos pacientes, cujo tratamento adequado só se faz possível mediante a diminuição dos custos dos medicamentos necessários. Isto significa se contrapor aos interesses das indústrias farmacêuticas que envolvem somas bilionárias. Esse fato é duplamente merecedor de nossa atenção, primeiro por termos uma atuação de ponta nesse importante setor, e segundo por serem raras as menções sobre o Brasil nos noticiários internacionais e, quando ocorrem, o tema em geral é corrupção, violência ou futebol.

Nas últimas duas décadas houve grande evolução na experiência brasileira na luta contra a Aids. O alto nível técnico, a abrangência e as especificidades das ações desenvolvidas pelo Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids fez com que este alcançasse lugar de destaque no cenário internacional e que a comunidade científica olhasse com interesse nossa forma de trabalho. O fato de o Ministério da Saúde garantir a distribuição gratuita universal de medicamentos para Aids tem sido visto como ação modelar a ser seguida. O trabalho desenvolvido em parceria com a sociedade civil organizada, a eficiência alcançada com projetos de baixo custo direcionados às populações carentes, são vistos como expe-



Painel colocado no Edifício Acaiaca, no centro de Belo Horizonte, como parte das manifestações pelo Dia Mundial de Combate à Aids, em 1/12/2000

riência a ser adquirida. Nos últimos meses, entretanto, a atuação do Brasil no plano internacional extrapolou a área essencialmente técnica para assumir um papel de liderança entre os organismos internacionais no sentido de defesa dos direitos dos pacientes.

A proposta brasileira de vincular prevenção e tratamento como os pilares para um controle da epidemia de Aids foi levada à Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU em HIV e Aids e, apesar das fortes pressões sofridas, foi incorporada à declaração de compromissos, assinada por 189 países. Durante a reunião da ONU, graças à pressão pública internacional, os Estados Unidos anunciaram a retirada de um painel aberto na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o Brasil. Nele contestava-se a lei brasileira de propriedade intelectual que abria brechas à quebra de patentes e disso decorre a possibilidade de fabricação dos medicamentos necessários.

Essa decisão foi um reconhecimento

to da legitimidade das ações brasileiras no sentido de garantir preços acessíveis aos medicamentos essenciais e à continuidade do programa brasileiro de distribuição gratuita de medicamentos. A discussão havida na OMC em Genebra foi também histórica, visto que, pela primeira vez, essa organização se reuniu para tratar de um tema não exclusivamente comercial, e nela foram discutidos os possíveis obstáculos que acordos internacionais estariam acarretando às políticas nacionais de saúde. A proposta brasileira recebeu o apoio de inúmeros países, mesmo da União Européia; apenas Estados Unidos e Suíça, grandes produtores de medicamentos, mantiveram suas posturas iniciais. A posição da OMC abriu espaço de negociação acerca da flexibilização das patentes de medicamentos para Aids

Por iniciativa da ONU, foi criado um grupo de trabalho para formação de um fundo global para o controle da epidemia no mundo. Essa idéia já vi-

A Comissão de Direitos Humanos da ONU aprovou uma proposta brasileira afirmando que o acesso aos medicamentos essenciais deve ser considerado como um dos Direitos Fundamentais do Homem. Essa proposta foi aprovada por todos os países que compõem a Comissão, exceção dos Estados Unidos que se abstiveram de votar

na sendo defendida pelo Brasil com o objetivo de possibilitar as nações menos abastadas a desenvolverem políticas de prevenção e tratamento. Em reuniões já ocorridas foi proposto que esse fundo seja independente, faça parte da estrutura das Nações Unidas, tenha sede em Bruxelas, e seja ampliado de forma a atender também à tuberculose e à malária, importantes doenças endêmicas que incidem principalmente nas regiões pobres do planeta. No grupo de trabalho para criação do Fundo participam 16 países 'doadores', 13 representantes de países em desenvolvimento, a Unids (órgão da ONU de combate à Aids), a Organização Mundial de Saúde, e 3 ONGs. O Brasil vai participar desse fundo como 'doador' uma vez que contribuirá com transferência de tecnologia e experiências.

Cabe destacar que a Comissão de Direitos Humanos da ONU, aprovou uma proposta brasileira afirmando que o acesso aos medicamentos essenciais deve ser considerado como um dos Direitos Fundamentais do Homem. Essa proposta foi aprovada por todos os países que compõem a Comissão, exceção dos Estados Unidos que se abstiveram de votar.

Das propostas que o Brasil apóia entre os organismos internacionais destacam-se: (a) assegurar que os governos tenham o direito de produzir medicamentos localmente, se for do interesse da saúde pública; (b) permitir aos países em desenvolvimento a opção de excluir medicamentos do patenteamento por motivos humanitários

ou de saúde pública; (c) não se exercerem pressões bilaterais ou regionais sobre países em desenvolvimento que adotem as medidas acima citadas. Além disso, já há mais de um ano, o Brasil vem colocando sua experiência e tecnologia à disposição dos países africanos oferecendo treinamento gratuito, até nos laboratórios brasileiros (aptos a produzir os medicamentos específicos).

Esses avanços são significativos para o Brasil, uma vez que viabilizam a continuidade da política adotada de oferecer tratamento e medicação gratuitos a todos os pacientes. Em decorrência dessa luta, os laboratório já reduziram significativamente os preços em função da possibilidade de quebra de patente e do Brasil dispôr de tecnologia e capacidade industrial para fabricar seus próprios medicamentos para a Aids. Estes fatos são significativos para os soropositivos de todo o mundo, em especial dos países que não dispõem de possibilidades financeiras para arcar com os custos do tratamento, como é o caso da maior parte das nações africanas, e para as ONGs que desenvolvem programas nessa área. Entretanto, em especial por ser uma

batalha que envolve fortes interesses econômicos, não se pode ainda ter a vitória como fato consumado. Cada vez fica patente a importância da participação dos organismos representativos da sociedade civil para a continuidade da mobilização nacional e internacional que já permitiu tais avanços.

Ao refletirmos sobre a problemática da Aids em geral – tanto do ponto de vista nacional (alastramento da epidemia, suas características, reflexos na sociedade); quanto internacional (a luta dos mais fracos e a do direito dos doentes contra os grandes interesses econômicos) – verifica-se a importância da somatória do empenho de todos os setores envolvidos. Cabe destacar a relevância do envolvimento das igrejas por diferentes razões, dentre elas: já participarem oficialmente das ações governamentais, tendo voz e voto na Comissão Nacional de Aids; representarem importante parcela da população brasileira; estarem presentes em todo o território nacional; terem credibilidade diante dos mais diferentes segmentos da população e possuírem relacionamento internacional.

Neste ano, vemos que importantes passos foram dados, mas ainda há muitos desafios a serem enfrentados. Em meio a estes acreditamos que as igrejas podem se tornar voz profética em defesa dos mais necessitados. ☐

Yara Monteiro, pesquisadora científica do Instituto de Saúde de São Paulo e coordenadora do Projeto Mulheres e Aids: Ações Preventivas entre as igrejas, em conjunto com KOINONIA.